

a) criação e ampliação de parques, reservas e florestas nacionais, inclusive desapropriação — 50%;

b) proteção e defesa florestal — 10%;

c) florestamento e reflorestamento em terras do domínio público e privado — 20%;

d) pesquisa florestal — 10%;

e) educação florestal — 10%.

Art. 11. — Da arrecadação do “Fundo Florestal” nos Estados e Territórios, o Serviço Florestal Federal aplicará nos mesmos, uma quota anual mínima de 40%, proporcional à respectiva arrecadação.

Art. 12. — Os recursos do “Fundo Florestal” não poderão ter outras aplicações a não ser as previstas na presente lei, sob pena de responsabilidade.

Art. 13. — Ao Serviço Florestal Federal compete a aplicação dos recursos previstos na presente lei, mediante planos previamente elaborados, ouvido o Conselho Florestal Federal.

Art. 14. — O Ministério da Agricultura, no prazo de 120 dias, baixará o regulamento para a execução desta lei.

Art. 15. — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

V Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia

VÁRIAS PROPOSIÇÕES APROVADAS SOBRE EXPLORAÇÃO E USO DA TERRA, OCEANOGRAFIA E CENSO E FOTOGRAFIAS AÉREAS

Promovida pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História, realizou-se em fins de janeiro, na cidade de Quito, capital do Equador, a V Reunião Pan-Americana de Consulta Sobre Geografia, certame de âmbito internacional, que teve o patrocínio do governo daquele país amigo.

Como especial deferência ao Brasil, a aludida reunião funcionou sob a presidência do Prof. FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES, representante do nosso país junto ao IPGH, como presidente que é da Comissão de Geografia do mesmo Instituto, com sede nesta capital.

Várias proposições foram aprovadas, figurando entre elas a que se referiu à publicação de textos de Geografia da América destinados ao ensino primário, secundário e universitário. Ficou também resolvido o estabelecimento de um intercâmbio de informações, dados, estudos e outros materiais entre professores do continente.

Outro assunto que não escapou à atenção dos participantes da Reunião foi o que se prende aos entendimentos para a oportuna criação do Centro Pan-Americano, destinado ao aperfeiçoamento dos geógrafos profissionais, providência essa que dependerá da próxima Assembléia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Cuidou-se também da realização do Seminário Pan-Americano que será levado a efeito no Chile, em 1959, bem

como da inclusão da matéria “Recursos Naturais e sua Conservação” nos programas de ensino primário, secundário e universitário.

Por outro lado, os integrantes da Reunião não se descuidaram de recomendar a criação, nas Faculdades de Arquitetura, da cátedra de Geografia Urbana, bem como a publicação de uma Metodologia da Geografia Urbana e o estabelecimento de bolsas para o estudo dessa matéria.

No tocante aos problemas de exploração e uso da terra, resolveu-se que serão elaborados quadros *standard*, referentes às diversas classificações de uso da terra, que sirvam de ponto de partida para as investigações e estudos de todos os Estados americanos, permitindo comparações internacionais nos seus diversos aspectos. Recomendou-se ainda a elaboração de mapas de uso da terra, em escala de 1/1 000 000, e a criação de parques nacionais para a salvaguarda dos tesouros da fauna, da flora e das belezas naturais.

Na parte relativa à Geografia e ao censo, a Reunião recomendou a instituição de um grupo de trabalho de Oceanografia, e também a criação do Instituto Oceanográfico das ilhas Galápagos. Quanto ao censo propriamente dito, em 1960, ficou acertada a constituição de um grupo de trabalho conjunto que terá por base o exame, dos resultados do censo de 1960, como contribuição ao futuro censo de 1970. Recomendou-se também a utilização dos serviços geográficos do próximo censo de 1960.

Também mereceu especial atenção dos congressistas o uso das fotografias aéreas nas instituições educativas, a cobertura da área total de cada unidade americana, o levantamento aereo-

fotogramétrico das mesmas e a capacitação dos seus técnicos.

Finalmente foi recomendada a criação de fototecas em cada um dos países latino-americanos.

IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros

Sob o patrocínio da Universidade da Bahia, que já adotou as providências preliminares, inclusive a constituição de uma Comissão Organizadora, realizar-se-á, em agosto próximo, na cidade do Salvador, Bahia, o IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros.

Destina-se a reunião ao estudo da civilização da língua portuguesa em todas as épocas e lugares em que se tenha manifestado. Os convites já es-

tão sendo dirigidos a todas as instituições interessadas e muitos trabalhos já foram enviados aos promotores do certame.

Na capital da Bahia e em várias outras unidades da Federação já se calcula o êxito do Colóquio, não só pelas atividades que vem desenvolvendo a sua Comissão Organizadora, bem como pela ação altamente cultural que o Prof. EDGAR SANTOS, reitor da Universidade da Bahia, está imprimindo à instituição que dirige.

O INIC e a Reforma Agrária

Falando à imprensa sobre a reunião dos administradores de núcleos coloniais, realizada sob o patrocínio do INIC, em fevereiro último, no Rio de Janeiro, o Sr. WALTER CEHELLA, presidente daquela autarquia, declarou que espera obter, no final dos trabalhos, suficientes subsídios para colaborar com o Ministério da Agricultura na reforma agrária.

Informando que o INIC pretende fixar numerosos colonos brasileiros e estrangeiros em dez mil hectares do Núcleo Colonial de Brasília, acrescentou o Sr. WALTER CEHELLA: — “Tal empreendimento está sendo levado a efeito pelo INIC em colaboração com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, sendo que 45 famílias japonesas já se encontram naquela zona”.

“Visa este conclave — prosseguiu o SR. VALTER CEHELLA — a buscar um melhor entrosamento entre a direção central do INIC e os núcleos colonizadores, acertando medidas que facilitem melhor ritmo de atividades. Além disso, o Departamento de Administração procurará ouvir a opinião dos administradores a respeito de medidas que pretende pôr em prática, visando a estabelecer padrões únicos de tra-

balho para todas as unidades. Serão, também, — continuou — colhidos novos elementos para a argumentação com que reiteraremos o pedido de verbas para que possamos levar avante os programas traçados. O orçamento do INIC sofreu grande redução que dificulta sobremaneira o prosseguimento de suas atividades e o início de outras importantes tarefas que lhe foram atribuídas. Basta citar que o nosso orçamento não acompanhou, nem de longe, o aumento das verbas atribuídas aos Ministérios e outras autarquias federais, “para este ano”.

GRUPO DE TRABALHO

Para os trabalhos da 1.^a Reunião, foi elaborado um programa que divide os 29 administradores em grupos de três, integrando “grupos de trabalho”. Cada um deles percorrerá, durante os 14 dias de duração do conclave, todos os departamentos técnicos do órgão central.

Dêsse modo, ao término dos trabalhos, a direção geral do INIC poderá conhecer as necessidades dos administradores dos núcleos, nos mais variados setores que compreendem as ati-